

Mecanismo Interligar a Europa (*Connecting Europe Facility – CEF*) - Energia

Driver na implementação do PNEC

Seminário CCDR-N: “PROGRAMAS DE GESTÃO DIRETA DA
COMISSÃO EUROPEIA: QUE FINANCIAMENTOS NO CICLO 2021-
2027?”

Manuela Seixas Fonseca
Braga, 17 de outubro de 2023

Enquadramento – CEF Energia

Mecanismo Interligar a Europa para 2021-2027 - Regulamento (UE) 2021/1153, de 7 de julho (Connecting Europe Facility, CEF)

- **Instrumento fundamental de financiamento da UE para promover o crescimento, o emprego e a competitividade** através do investimento em infraestruturas a nível europeu.
- **Apoia o desenvolvimento de redes transeuropeias** de alto desempenho, sustentáveis e eficazmente interligadas **nos domínios dos transportes, da energia e dos serviços digitais**.
- **Reforça a segurança energética da UE**, ao mesmo tempo que permite uma utilização mais ampla das energias renováveis, e facilita a interação transfronteiras entre as administrações públicas, as empresas e os cidadãos.
- Para além de subvenções, presta apoio financeiro a projetos através de instrumentos financeiros inovadores, como garantias e obrigações para financiamento de projetos. Estes instrumentos criam um efeito de alavanca significativo na sua utilização do orçamento da UE e funcionam como catalisadores para atrair mais financiamento do setor privado e de outros intervenientes do setor público.
- Gerido pela CINEA - *“European Climate, Infrastructure and Environment Executive Agency”*.

CEF Energia (MIE)

- O CEF Energia é o programa de financiamento da UE para a implementação da política das Redes Transeuropeias de Energia – Política regulada pelo Regulamento (UE) 2022/869, relativo às orientações para as infraestruturas energéticas transeuropeias (TEN-E).
- O seu objetivo é **apoiar investimentos na construção de novas infraestruturas energéticas transfronteiriças na Europa ou na reabilitação e modernização das existentes.**
- O Regulamento TEN-E tem sido fundamental para melhorar o transporte de energia transfronteiriça das infraestruturas da UE desde 2013. Identifica **corredores prioritários e domínios temáticos** e estabelece uma **lista bienal de Projetos de Interesse Comum (PIC)** que ajudam a UE a cumprir os seus objetivos em matéria de energia e clima a curto e longo prazo.
- Orçamento do CEF Energia para 2021-2027: 5,84 M€.

Corredores e domínios prioritários das infraestruturas energéticas (TEN-E):

Corredores:

- Eletricidade e redes offshore
- Hidrogénio e eletrolisadores

Domínios temáticos :

- Implementação de redes elétricas e de gás inteligentes
- Rede transfronteiriça de dióxido de carbono

Objetivos específicos do CEF Energia:

- Contribuir para o desenvolvimento de **Projetos de Interesse Comum (PIC)** conducentes a uma maior integração num mercado interno da energia eficiente e competitivo e à interoperabilidade transfronteiriça e sectorial das redes, facilitando a descarbonização da economia, promovendo a eficiência energética e assegurando a segurança de abastecimento de energia.
- Facilitar a **cooperação transfronteiriça** no domínio da energia, incluindo as energias renováveis.

Neste setor são **elegíveis** para apoio financeiro:

- Projetos PIC, na aceção do artigo 18.º do Regulamento (UE) 2022/869, relativo às orientações para as infraestruturas energéticas transeuropeias (TEN-E), designadamente:
 - Eletricidade: Linhas aéreas de transporte de alta e muito alta tensão que atravessem uma fronteira ou no território de um EM; Equipamento ou instalação que permita o transporte de eletricidade produzida a partir de fontes renováveis offshore; Instalações de armazenamento de eletricidade; Redes elétricas inteligentes.
 - Hidrogénio: Gasodutos para o transporte, sobretudo de alta pressão, incluindo infraestruturas de gás natural reconvertidas; Instalações de armazenamento ligadas aos gasodutos, Instalações de receção, armazenamento e regaseificação ou descompressão.
 - Instalações de eletrolisadores que possuam uma capacidade mínima de 50 MW, fornecida por um único eletrolisador ou por um conjunto de eletrolisadores que formem um único projeto coordenado.
- Ações que apoiem projetos transfronteiriços no domínio das energias renováveis, incluindo soluções inovadoras, bem como o armazenamento das energias renováveis, e a sua conceção.

PLANO NACIONAL ENERGIA E CLIMA 2030

Enquadramento - PNEC

PLANO NACIONAL DE ENERGIA E CLIMA 2030 (PNEC 2030)

- No âmbito do Regulamento (UE) 2018/1999, relativo à Governação da União da Energia e da Ação Climática, Portugal submeteu à Comissão Europeia, em dezembro de 2019, o seu Plano Nacional de Energia e Clima (PNEC) para o horizonte 2021-2030, aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 53/2020.
- O PNEC 2030 estabelece, entre outros, objetivos nacionais em matéria de energias renováveis, eficiência energética e redução de emissões de GEE.
- Em 30 de junho de 2023, Portugal submeteu à Comissão Europeia, a primeira versão da revisão do Plano, refletindo a renovada ambição nacional em matéria de política climática e energética, bem como o novo enquadramento europeu.
- Os trabalhos de revisão do Plano irão continuar nos próximos meses - envolvendo a sociedade civil, o Conselho para a Ação Climática e a Assembleia da República - tendo em vista a submissão de uma versão final à Comissão Europeia até 30 de junho de 2024.



PNEC 2030
PLANO NACIONAL ENERGIA E
CLIMA

A revisão do PNEC assenta em três pilares:

Ambição das
metas
climáticas

Independência
energética

Reindustrialização

O contributo do PNEC será decisivo no horizonte 2030 para:

- **Definição das linhas de ação** rumo à neutralidade carbónica,
- **Alinhar a estratégia** de curto prazo com o longo prazo (PNEC 2030 e RNC 2050 estarão alinhados),
- **Definição dos investimentos estratégicos** na área da energia e clima.

PNEC 2030

PLANO NACIONAL ENERGIA E
CLIMA

PLANO NACIONAL ENERGIA E CLIMA 2030

Objetivos, Metas e Drivers



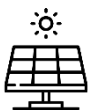
1. DESCARBONIZAR A ECONOMIA NACIONAL

Assegurar uma trajetória de redução de emissões nacionais de gases com efeito de estufa (GEE) em todos os setores de atividade, designadamente energia e indústria, mobilidade e transportes, agricultura e florestas e resíduos e águas residuais, e promover a integração dos objetivos de mitigação nas políticas sectoriais (*mainstreaming*)



2. DAR PRIORIDADE À EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Reduzir o consumo de energia primária nos vários setores num contexto de sustentabilidade e custo eficaz, apostar na eficiência energética e no uso eficiente de recursos, privilegiar a reabilitação e a renovação do edificado, e promover edifícios de emissões zero



3. REFORÇAR A APOSTA NAS ENERGIAS RENOVÁVEIS E REDUZIR A DEPENDÊNCIA ENERGÉTICA DO PAÍS

Reforçar a diversificação de fontes de energia através de uma utilização crescente e sustentável de recursos endógenos, promover o aumento da eletrificação da economia e incentivar I&D&I em tecnologias limpas



4. GARANTIR A SEGURANÇA DE ABASTECIMENTO

Assegurar a manutenção de um sistema resiliente e flexível, com diversificação das fontes e origens de energia, reforçando, modernizando e otimizando as infraestruturas energéticas, desenvolvendo as interligações e promovendo a integração, a reconfiguração e a digitalização do mercado da energia, maximizando a sua flexibilidade



5. PROMOVER A MOBILIDADE SUSTENTÁVEL

Descarbonizar o setor dos transportes, fomentando a transferência modal e um melhor funcionamento das redes de transporte coletivo, promovendo a mobilidade elétrica e ativa e o uso de combustíveis alternativos limpos



6. PROMOVER UMA AGRICULTURA E FLORESTA SUSTENTÁVEIS E POTENCIAR O SEQUESTRO DE CARBONO

Reduzir a intensidade carbónica das práticas agrícolas e promover uma gestão agroflorestal eficaz contribuindo para aumentar a capacidade de sumidouro natural



7. DESENVOLVER UMA INDÚSTRIA INOVADORA E COMPETITIVA


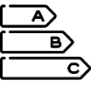



Promover a modernização industrial apostando na inovação, na descarbonização, digitalização (indústria 4.0) e na circularidade, contribuindo para o aumento da competitividade da economia



8. GARANTIR UMA TRANSIÇÃO JUSTA, EQUITATIVA, DEMOCRÁTICA E COESA

Reforçar o papel do cidadão como agente ativo na descarbonização e na transição energética, criar condições equitativas para todos, combater a pobreza energética, criar instrumentos para a proteção dos cidadãos vulneráveis e promover o envolvimento ativo dos cidadãos e a valorização territorial

METAS DE PORTUGAL EM MATÉRIA DE ENERGIA E CLIMA PARA O HORIZONTE 2030

	PNEC 2030	REVISÃO	2021
	META 2030	META 2030	Resultados 2021
 EMISSIONES GEE 2030¹	-45% a -55%	-55%	-35%
 EFICIÊNCIA ENERGÉTICA²	35%	35%	35%
 RENOVÁVEIS	47%	49%	34%
 RENOVÁVEIS NOS TRANSPORTES	20%	23%	9%
 INTERLIGAÇÕES ELÉTRICAS	15%	15%	16%

(1) sem LULUCF; face a 2005; (2) Redução no consumo de energia primária sem usos não energéticos. Por comparação com as projeções do modelo PRIMES de 2007

REFORÇAR A CAPACIDADE DE INTERLIGAÇÃO NA PENÍNSULA IBÉRICA É VITAL PARA A SEGURANÇA DE ABASTECIMENTO E INTEGRAÇÃO NO MERCADO EUROPEU DA ENERGIA

DRIVERS PARA A SEGURANÇA ENERGÉTICA E MERCADO INTERNO DE ENERGIA

PRINCIPAIS DRIVERS

- Fortalecimento da **cooperação regional**
- Aumento da capacidade de interconexões em eletricidade: **concretização de NOVAS INTERLIGAÇÕES**
- Implementação de **reforços de REDE INTERNA** que permitem aumentar a capacidade de interligação
- Prosseguir os esforços para reduzir as **restrições na fronteira entre a PENÍNSULA IBÉRICA E A FRANÇA**
- Diminuição da **DEPENDÊNCIA EXTERNA DA ENERGIA**, com base na implantação de FER
- Aumento das FER nos 3 setores (RES-E, RES-T e RES-H&C) e aumento da **capacidade de armazenamento de energia**

É IMPORTANTE FORMAR UMA VISÃO ESTRATÉGICA DA REDE ELÉTRICA NACIONAL, QUE CONCORRA PARA O CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS E METAS NACIONAIS PARA O HORIZONTE 2030

PRINCIPAIS DRIVERS

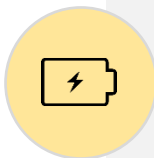
- Promoção de **SISTEMAS INTELIGENTES** - Roll-out dos **CONTADORES INTELIGENTES**
- Promoção de sistemas de **ARMAZENAMENTO**
- Forte impulso na **PRODUÇÃO LOCAL/DESCENTRALIZADA DE ENERGIA**
- Incentivo à participação dos consumidores no sistema
- Adoção de sistemas de **FLEXIBILIDADE OFERTA/PROCURA**
- Manutenção de níveis adequados de **QUALIDADE DE SERVIÇO E SEGURANÇA DE ABASTECIMENTO**

GARANTIR A SEGURANÇA DE ABASTECIMENTO É UM ELEMENTO CRUCIAL PARA ASSEGURAR UMA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA SUSTENTÁVEL E UM SISTEMA RESILIENTE

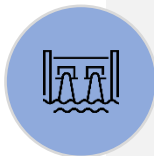
EIXOS DE ATUAÇÃO PARA A GARANTIA DA SEGURANÇA DE ABASTECIMENTO



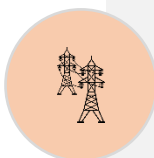
REFORÇAR E DIVERSIFICAR AS FONTES DE ENERGIA ENDÓGENAS DE ORIGEM RENOVÁVEL



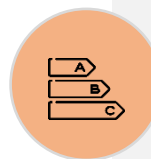
SOLUÇÕES DE ARMAZENAMENTO, ENTRE OS QUAIS SISTEMAS ACOPLADOS A CENTROS ELETROPRODUTORES



AUMENTO DA CAPACIDADE INSTALADA EM CENTRAIS HÍDRICAS (+3 GW face a 2015)



REFORÇO DA CAPACIDADE DE INTERLIGAÇÃO



REFORÇO NA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA



REDES INTELIGENTES, CONTADORES INTELIGENTES E FLEXIBILIDADE



REVISÃO DO MODELO REGULATÓRIO, DO ENQUADRAMENTO E DOS MECANISMOS DE MERCADO



EXISTÊNCIA DE CAPACIDADE TÉRMICA A GÁS NATURAL EM 2030

PLANO NACIONAL ENERGIA E CLIMA 2030

Mensagens Chave

MENSAGENS CHAVE SISTEMA ENERGÉTICO (1/2)

- O PNEC tem subjacente um **AUMENTO DA POTÊNCIA INSTALADA DE CONSUMO DE ELETRICIDADE EM 10GW ATÉ 2030**, por via da nova indústria.
- **AUMENTOS DO CONSUMO INDUSTRIAL** têm por base os **PROJETOS INDUSTRIAIS PREVISTOS SEREM IMPLEMENTADOS** em Portugal.
- Atração de investimento industrial traduz-se numa duplicação do consumo de energia elétrica, o que implica a necessidade de **DUPLICAÇÃO, ATÉ 2030, DA CAPACIDADE DE PRODUÇÃO ATUALMENTE INSTALADA**.
- A **CAPACIDADE INSTALADA** anteriormente prevista para 2030 **SERÁ ALCANÇADA JÁ EM 2025**, fruto das políticas públicas adotadas e das melhorias em curso.
- **DUPLICAÇÃO DA AMBIÇÃO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DO H2** – 5,5GW de eletrolisadores.

MENSAGENS CHAVE SISTEMA ENERGÉTICO (2/2)

- **META DE 80% INCORPORAÇÃO DE ENERGIA RENOVÁVEL** no sistema elétrico **ANTECIPADA PARA 2026**, sendo possível atingir os 85% em 2030.
- **REFORÇO DA APOSTA NO SOLAR FOTOVOLTAICO**, incluindo a produção descentralizada constitui a **PRINCIPAL REVISÃO FACE AO ANTERIOR PNEC**.
- Maiores crescimentos de potência renovável face ao momento atual serão então:
 - 1) solar (centralizado e descentralizado)
 - 2) eólico onshore (reequipamento)
 - 3) eólico offshore

MENSAGENS CHAVE DESCARBONIZAÇÃO

- O exercício de revisão das projeções de emissões de GEE centrou-se, nesta primeira fase, na revisão dos setores de atividade correspondentes ao **SISTEMA ENERGÉTICO**, incluindo o setor **ELETROPRODUTOR, SETOR DOS TRANSPORTES, INDÚSTRIA E EDIFÍCIOS**.
- Numa **FASE POSTERIOR** serão revistas as projeções de emissões de GEE dos **RESTANTES SETORES** – agricultura, florestas e outros usos do solo e resíduos e águas residuais.
- **A EVENTUAL REVISÃO DAS METAS SETORIAIS SERÁ PONDERADA NA VERSÃO FINAL** do documento, após término do exercício de modelação considerando o contributo de todos os setores.
- Serão testados novos cenários tecnológicos, incluindo **CENÁRIOS DE ANTECIPAÇÃO DA META DA NEUTRALIDADE CLIMÁTICA** para 2045, conforme previsto na Lei de Bases do Clima.
- Os resultados deste exercício permitiram a reanálise do potencial de redução de emissões nacionais, **RESULTADOS PRELIMINARES CONFIRMANDO-SE A VIABILIDADE TÉCNICA DE PROSSEGUIR NUMA TRAJECTÓRIA DE DESCARBONIZAÇÃO NO HORIZONTE 2030**, rumo à neutralidade carbónica em 2050.
- **AUMENTO DA AMBIÇÃO DA META 2030** estabelecida no anterior PNEC em linha com a **LEI DE BASES DO CLIMA** – 55% de redução de emissões de GEE, face a 2005.

Obrigada pela atenção

www.dgeg.gov.pt

Manuela Seixas Fonseca
Diretora de Serviços de Planeamento
Energético e Estatística

manuela.fonseca@dgeg.gov.pt